

NONSENSE E IRONIA EM ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS: UMA ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO INTERNA DO TEXTO

Ana Emília Klein¹, Kári Lúcia Forneck²

Resumo: Este artigo pretende analisar a polifonia e os encadeamentos argumentativos presentes em *Alice no País das Maravilhas*, com base em pesquisas desenvolvidas por Ducrot (1987), Carel e Ducrot (2005) e Ducrot e Carel (2013), que têm como ideia fundamental a argumentação interna na língua. Com o objetivo de verificar como se configuram a ironia e o gênero *nonsense* a partir da combinação entre os conceitos estudados na Teoria da Argumentação na Língua e na Teoria dos Blocos Semânticos, foram selecionados alguns trechos dessa obra de Lewis Carroll. As análises mostraram que o sentido dos enunciados pode ser compreendido de modo mais efetivo com a explicitação das marcas linguísticas que os compõem e, também, com a confrontação dos blocos semânticos.

Palavras-chave: Argumentação na língua. Blocos semânticos. Polifonia. Alice no País das Maravilhas.

1 INTRODUÇÃO

Charles Lutwidge Dogson, mais conhecido sob o pseudônimo de Lewis Carroll, é afamado pela sua importante contribuição para a literatura moderna. O autor britânico conseguiu combinar o universo do real com elementos do mundo mágico, sem que seja possível traçar um paralelo distintivo entre ambos. O *nonsense* vitoriano, componente imprescindível em muitas obras de Carroll, surgiu na Inglaterra no século XIX e é a característica essencial do enredo de *Alice no País das Maravilhas*. Carroll, que fora também professor de matemática, faz um verdadeiro jogo de linguagem ao descrever as aventuras de Alice, e essa brincadeira com as palavras acaba por romper com a lógica dos fatos e da própria língua. Conforme Coelho (1985, p. 128), o sem-sentido da obra

É a lúcida consciência do absurdo das regras e valores absolutos que, instituídos em um sistema, regem a vida do homem. E a denúncia desse absurdo se faz através de um outro absurdo: o que resulta da *subversão* não só das leis naturais que nos regem, mas principalmente da linguagem.

O uso do *nonsense* e da ironia para a construção de sentidos em *Alice no País das Maravilhas* pode assemelhar-se à ideia de Ducrot (1987) quanto ao conceito de ironia como uma inversão total do discurso, em que o locutor expressa, por meio de um enunciado, o ponto de vista de um enunciador. Entretanto, o locutor não admite sob a sua responsabilidade a opinião manifestada e, ademais, julga-a absurda. O que configura a ironia é justamente a noção de que a posição expressa na enunciação irônica não é atribuída ao locutor, que é somente responsável pelas palavras, e sim ao outro integrante do jogo discursivo, o enunciador.

1 Univates, Curso de Letras, anaemiliaklein@hotmail.com

2 Orientadora. Doutoranda em Linguística, Univates, kari@univates.br

Partindo desses pressupostos, o objetivo deste artigo é verificar como acontece a ironia e o *nonsense* em *Alice no País das Maravilhas* à luz da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) – terceira e atual forma da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) – e da polifonia, desenvolvidas, principalmente, por Oswald Ducrot e Marion Carel.

1.1 A teoria da argumentação na língua

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL) é uma teoria estruturalista, com base nas concepções saussurianas de *signo linguístico* e de *língua e fala*. Desse modo, a dicotomia *langue-parole* proposta por Saussure se configura na distinção entre *frase* e *enunciado* na teoria de Ducrot:

O que eu chamo de ‘frase’ é o objeto teórico, entendendo por isso que ele não pertence, para o linguista, ao domínio do observável, mas constitui uma invenção desta ciência particular que é a gramática. O que o linguista pode tomar como observável é o enunciado, considerado como a manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc*³ de uma frase (DUCROT, 1987, p. 164).

Além disso, Ducrot adapta o conceito de *valor* da linguística saussuriana e apresenta as noções de *significação* e *sentido* como valores semânticos da frase – estrutura abstrata – e enunciado – entidade concreta, empírica, que não pode ser repetida –, respectivamente.

A TAL também se encontra inserida no campo da Linguística da Enunciação. Isso porque Ducrot vai além do sistema e trabalha com a língua em uso, ou seja, a relação entre sujeito e língua. A *enunciação*, entendida por Ducrot (1987), não é um segmento de discurso, produzido por um sujeito falante, mas sim um acontecimento constituído pela realização de um *enunciado*. Em outras palavras, é um fato histórico que não existia antes de ser falado e que não existirá outra vez. Nesse sentido, não há preocupação com o ato de fala nem com o autor da fala; o foco da teoria é o *enunciado* que simplesmente aparece e que não se encerra na noção de sujeito falante.

A proposta da teoria de Ducrot tem como fundamento a noção de que a argumentação é interna à língua, à medida que as palavras têm valor argumentativo. Portanto, ao admitirmos determinados enunciados somos obrigados a aceitar outros. Em vista disso, as relações lógicas são independentes dos fatos do mundo exterior e “o linguista, ao descrever uma língua, tem a obrigação de indicar quais enunciados podem ser inferidos logicamente uns dos outros” (DUCROT, 1981, p. 11). E são esses encadeamentos argumentativos, de caráter polifônico, que propiciam a construção dos sentidos.

A fim de elucidar algumas especificidades dessa concepção, a seguir serão detalhados dois conceitos caros à teoria: o de *polifonia* e o de *blocos semânticos*, este último delimitado na terceira e atual fase da TAL, a Teoria dos Blocos Semânticos.

1.1.1 A polifonia

A perspectiva teórica aqui abordada é, antes de tudo, uma crítica ao conceito linguístico de unicidade do sujeito falante, em que um enunciado seria resultado da atividade de um único autor. Assim, a enunciação proposta por Ducrot é atribuída a vários sujeitos: ao sujeito empírico, ao locutor e ao enunciador.

O sujeito empírico é aquele que, de fato, produz o enunciado e não tem relevância na teoria da argumentação para a configuração do sentido. O locutor, por sua vez, é um elemento do discurso,

3 Tradução: Aqui e agora.

Um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade desse enunciado. [...] o locutor, designado por *eu*, pode ser distinto do autor empírico do enunciado, de seu produtor – mesmo que as duas personagens coincidam habitualmente no discurso oral (DUCROT, 1987, p. 182).

Os enunciadores, por fim, são as diversas *vozes* que se expressam por meio da enunciação, manifestando seus pontos de vista sem que apareçam efetivamente no enunciado por meio de palavras. O locutor, que é quem permite a existência dos enunciadores, pode estabelecer diferentes relações a partir das posições apresentadas por eles: pode concordar com elas, mesmo que não tenha o objetivo de responsabilizar-se pelo ponto de vista do enunciador; pode admitir e assumir o ponto de vista do enunciador ou, ainda opor-se a ele (DUCROT e CAREL, 2008).

Ademais, a polifonia também ocorre quando um enunciado apresenta dois locutores distintos. Para ilustrar, pensemos no seguinte exemplo: se Pedro diz “João disse: *Eu virei*”, é possível perceber que uma parte do enunciado é atribuída ao locutor (Pedro) e a outra é de responsabilidade de um segundo locutor (João). Essa segunda forma de *polifonia* é chamada de dupla enunciação (DUCROT, 1987).

O conceito de polifonia é vinculado e complementado na Teoria dos Blocos Semânticos, desenvolvida por Ducrot e por Marion Carel, especialmente, a partir de 1992, ano em que a linguista lançou a teoria.

1.1.2 A Teoria dos Blocos Semânticos

Segundo a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), o sentido de uma entidade linguística é constituído pelos encadeamentos argumentativos, isto é, dois segmentos de enunciado unidos por um conectivo. Os encadeamentos são representados pela fórmula geral *X CONECTOR Y*. Entretanto, a teoria não engloba todos os tipos de conectores:

Sólo admitimos dos tipo de conectores, *y*, en consecuencia, dos tipos de encadenamientos argumentativos, a saber: los encadenamientos *normativos*, con conectores del tipo de *por lo tanto*; y los encadenamientos *transgresivos*, con conectores del tipo de *sin embargo*. (CAREL; DUCROT, 2005, p. 14).

Frequentemente (e será assim neste artigo), quando ocorre o encadeamento normativo, usa-se a abreviação DC da palavra *donc*, que significa “portanto”, em francês. Já para os encadeamentos transgressivos, o conector usado é “no entanto” e aparece abreviado por PT, da palavra *pourtant*, em francês.

A fim de ilustrar a teoria, consideraremos o exemplo de Carel e Ducrot (2008): “João foi prudente”. As argumentações internas podem ser inferidas do enunciado se definirmos que prudência significa tomar precauções quando há perigo. Assim, podemos listar alguns encadeamentos, como: “havia perigo, portanto João tomou precauções”, “se há perigo, João toma precauções”. Desse modo, aplicando a fórmula geral, podemos deduzir que *perigo DC precauções*. Seguindo na mesma linha de raciocínio, caso o enunciado fosse “João foi imprudente”, os encadeamentos seriam: “havia perigo, no entanto João não tomou precauções”, “se há perigo, João não toma precauções”, e a fórmula passaria a ser *perigo PT neg-precauções*.

No presente artigo, são empregados os conceitos da Teoria da Argumentação na Língua, isto é, polifonia, locutor e enunciadores, e as noções de encadeamento argumentativo e bloco semântico, desenvolvidos na Teoria dos Blocos Semânticos, para, então, verificarmos como acontece a ironia e o *nonsense* na obra de Lewis Carroll.

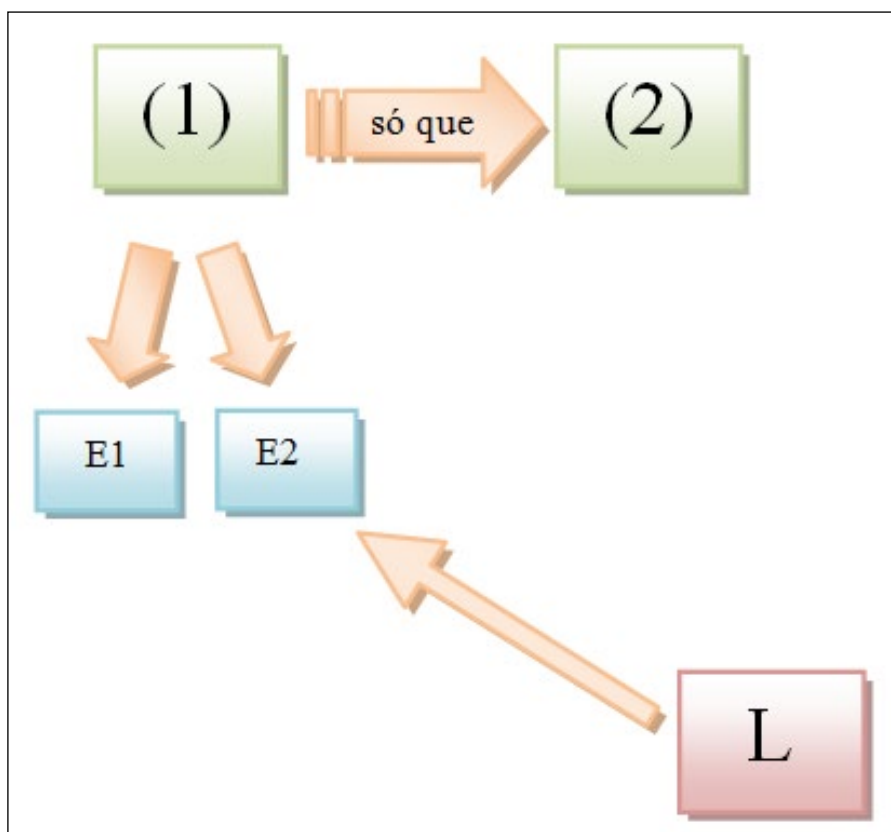
2 ANÁLISE DOS ARGUMENTOS

O *corpus* selecionado para análise é composto por diversos enunciados presentes no capítulo XVII de *Alice no País das Maravilhas*, intitulado “Um chá muito louco”. Serão usadas a partir de agora abreviações para os conceitos de enunciador (E) e de locutor (L). Observemos o primeiro trecho do capítulo em questão:

Havia uma mesa posta sob uma das árvores na frente da casa, e a Lebre de Março e o Chapeleiro estavam tomando chá. Um Arganaz estava sentado entre eles, profundamente adormecido, e os outros dois o usavam como almofada, descansando nele os cotovelos e conversando sobre a sua cabeça: (1) ‘Muito confortável para o Arganaz’, pensou Alice, (2) ‘só que, como está dormindo, acho que não se importa’ (CARROLL, 2013, p. 90).

Em (1), podemos perceber a presença de dois enunciadores: E1 = muito confortável para o Arganaz e E2 = desconfortável para o Arganaz, isso porque sabemos que, quando algo/alguém exerce peso sobre nós, não é, de modo geral, uma experiência agradável. Ademais, (2) auxilia na construção desse sentido por meio do conectivo “só que”, pois dá ideia de adversidade em relação a (1). Desse modo, não faria sentido se L concordasse com E1, uma vez que, aparentemente, ninguém se incomoda de estar se sentido confortável. Ver Figura 1.

Figura 1 – Esquema da relação entre locutor e enunciadores



Fonte: Elaborado pelos autores.

Desse modo, é possível perceber que L expressa o ponto de vista de E1, embora concorde com o E2, configurando uma ironia, que é autorizada também pelo articulador *só que*. Agora consideremos (1) + (2). Por estar dormindo, o Arganz não sente o desconforto e, por isso não se importa. Logo, o bloco semântico do enunciado é *dormir DC neg-se importar* ou *neg-dormir DC se importar*.

Passemos ao segundo trecho:

(3) A mesa era grande, (4) mas estavam todos aglomerados num de seus cantos. (5) 'Não há lugar! Não há lugar', gritaram quando viram Alice se aproximar. (6) 'Há muito lugar!', disse Alice indignada, e ela se sentou numa grande poltrona junto a uma das pontas da mesa (CARROL, 2013, p. 91).

Pelas indicações de (3), podemos deduzir que há espaço para sentar (*mesa grande DC muito lugar*); disso se segue que onde há espaço não há aglomeração (*muito lugar DC neg-aglomeração*). O segmento (4), entretanto, causa estranheza no leitor. Ao levarmos em conta os seguintes enunciadores: E1 = todos estão aglomerados em um dos cantos da mesa, E2 = a mesa tem mais de um canto e E3 = existem cantos da mesa em que não há aglomeração, temos uma ideia totalmente contrária a nossa expectativa, uma vez que, apesar do espaço, existe aglomeração (*muito lugar PT aglomeração*).

O enunciado (5) contém E1 = não há lugar na mesa e E2 = há lugar na mesa. Nesse caso, o locutor concorda com E1, mesmo que seja mentira. Portanto, considerando que existem lugares desocupados na mesa, como nos informa (3) e (4), o enunciado (5) é a forma que o locutor usa para tentar impedir o seu interlocutor de sentar-se à mesa. Contudo, em (6) observamos que o interlocutor não acata a ordem do locutor de (5) ao ver assentos vagos, concordando com o que se conclui de (3) e não de (5), e ocupa um dos lugares à mesa. O *nonsense*, por conseguinte, está na relação entre (3) e (5), pois a ideia de mesa grande sugere que há muitos lugares para sentar (*mesa grande DC muito lugar*). Todavia, ao ligar (3) com (5), parece haver uma falta de lógica no texto e o encadeamento muda a sua configuração: *mesa grande PT neg-muito lugar*. Porém, se tomarmos a ligação entre (4) e (5), a lógica se restabelece, dado que aglomeração indica que não há espaços vazios (*aglomeração DC neg-muito lugar*). Acontece que o locutor em (6) pode estar considerando toda a mesa, enquanto que, em (5), é considerado apenas o canto da mesa ocupado. Ou, ainda, é uma tentativa do locutor de (5) impedir que o seu interlocutor ocupe um lugar na mesa.

Terceiro trecho:

(7) 'Tome um pouco de vinho', disse a Lebre de Março num tom encorajador. Alice olhou ao redor da mesa, mas não havia nada a não ser chá. (8) 'Não estou vendo nenhum vinho', observou.
(9) 'Não há', disse a Lebre de Março.
(10) 'Então não foi muito polido da sua parte oferecer', disse Alice zangada (CARROL, 2013, p. 91).

O enunciado (7) pressupõe E1 = há vinho para beber. Porém, pelo enunciado (8) e a confirmação em (9), depreendemos que não existe vinho e, por isso, não é possível bebê-lo (*vinho DC beber* ou *neg-vinho DC neg-beber*). Se atentarmos para (7) e (8) simultaneamente, veremos que o bloco semântico *beber PT neg-vinho* é outra contradição que caracteriza o sem-sentido na obra. Em (10), é possível inferir tanto E1 = é polido oferecer determinadas coisas, quanto E2 = não é polido oferecer certas coisas. Embora o locutor possa reconhecer a existência de dois enunciadores, concorda apenas com E2, dado que a expressão *o que não há* está elíptica após o verbo *oferecer*. O *nonsense* aparece, por conseguinte, na relação entre (7) e (9), visto que não se pode oferecer o que não há.

Observemos, agora, mais um trecho da história, em que Alice olha curiosa para o mostrador do relógio do Chapeleiro:

‘Que relógio engraçado!’, observou [Alice]. (11) ‘Marca o dia do mês, mas não marca a hora!’
‘Por que marcaria?’, disse o Chapeleiro entre dentes. (12) ‘O seu relógio marca o ano?’
(13) ‘Claro que não’, respondeu Alice, prontamente, (14) ‘mas é porque o ano permanece o mesmo por um tempo muito longo.’
(15) ‘O que é exatamente o que acontece com o *meu*’, disse o Chapeleiro (CARROL, 2013, p. 94).

Em (11), constatamos a surpresa do locutor ao deparar-se com um relógio distinto do habitual – é importante lembrar que, na época, os relógios marcavam apenas as horas, diferente de hoje que podemos consultar a data também. Segundo a concepção de Alice, o relógio deveria marcar as horas (*relógio DC indicação das horas*) e não o dia e o mês, como ocorre na história (*relógio PT neg-indicação das horas* ou ainda *relógio PT indicação da data*). Ao questionamento do Chapeleiro em (12), que deixa entrever o enunciador E = *relógio DC indicação da data*, Alice responde que o relógio dela marca horas, pois o ano é o mesmo por muito tempo: *ano é longo DC neg-[relógio DC indicação da data]*. Mas seu interlocutor não é convencido e inverte (15) para justificar a marcação da data no seu relógio ao invés de horas: *ano é longo DC relógio marca a data*. Essa é a evidência da presença do *nonsense*: por dedução, pela relação entre os enunciados (13) e (14), não haveria razão lógica para o relógio indicar a data e não as horas. Entretanto, pela resposta dada pelo Chapeleiro em (15), essa lógica não é levada a sério.

O próximo trecho refere-se à charada proposta pelo Chapeleiro para Alice. A pergunta em questão é: “Por que um corvo é parecido com uma escrivanhinha?” (CARROL, 2013, p. 92).

(16) ‘Você já adivinhou a charada?’, disse o Chapeleiro, virando-se de novo para Alice.
‘Não, desisto’, respondeu Alice. ‘Qual é a resposta?’
(17) ‘Não tenho a menor ideia’, disse o Chapeleiro.
‘Nem eu’, disse a Lebre de Março.
Alice suspirou cansada. (18) ‘Acho que você poderia aproveitar melhor o seu tempo’, disse, ‘em vez de desperdiçá-lo propondo charadas que não têm resposta’ (CARROL, 2013, p. 95).

A noção de charada pressupõe a existência de uma resposta capaz de resolver o enigma. Em (16), essa ideia continua válida, uma vez que na pergunta do Chapeleiro está implícita a possibilidade de solução da adivinha. No entanto, Alice não sabe a resposta, pois nem mesmo o Chapeleiro a conhece. Trata-se de mais um exemplo do humor sem nexos na medida em que, no nosso entendimento, a charada deve ter uma resposta (*charada DC há solução*), embora não seja isso que aconteça na obra de Carroll, em que podemos conceber o encadeamento *charada PT neg-há solução*. Além disso, podemos ter uma visão do que Alice acha em relação a isso no enunciado (20), cujo bloco semântico se configura da seguinte forma: *charada DC solução > charada com solução DC aproveitamento do tempo > charada sem solução DC perda de tempo*.

Quinto trecho:

(18) ‘Tome mais chá’, disse a Lebre de março para Alice, muito séria.
(19) ‘Ainda não tomei nenhuma xícara’, respondeu Alice num tom ofendido, ‘por isso não posso tomar mais.’
(20) ‘Você quer dizer que não pode tomar *menos*’, disse o Chapeleiro, ‘é muito fácil tomar *mais* do que nada’ (CARROL, 2013, p. 100).

O locutor, ao enunciar (18), pressupõe que o seu interlocutor já tenha tomado chá. Subentende-se, por conseguinte, dois enunciadores E1 = tomar chá e E2 = tomar chá outra vez. Todavia, em (19), Alice afirma não ter bebido o chá nenhuma vez e, por isso, não é possível que ela beba *mais* (*neg-beber DC neg-beber mais*). Entretanto, o enunciado (20) sugere que é sim possível beber *mais* quando não se bebeu nada, impossível seria beber *menos*. Logo, os encadeamentos argumentativos desse enunciado podem ser esquematizados da seguinte maneira: *neg-beber DC neg-beber mais* e *neg-beber DC neg-beber menos*. O *nonsense* acontece nessa passagem, dado que o locutor de (19) não concorda com E2 do enunciado (18) e, em seguida, o locutor de (20), em vez de corroborar a relação entre (18) e (19), causa uma desordem no sentido lógico dos fatos, uma vez que sugere que pode ser mais difícil tomar *menos* que nada (*neg-beber DC neg-beber menos*). Mas como se pode beber menos de algo que ainda não foi bebido?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da relação entre locutores e enunciadores, além dos encadeamentos e dos blocos semânticos presentes em fragmentos de *Alice no País das Maravilhas*, percebeu-se a construção do sentido por meio da polifonia, marcada linguisticamente nos enunciados. A tentativa de aproximar a Literatura da Linguística mostrou-se interessante, uma vez que podemos compreender com mais clareza as intenções do autor, quando elas são esquematizadas por meio dos blocos semânticos. As teorias desenvolvidas por Ducrot (1987), Carel e Ducrot (2005) e Ducrot e Carel (2013), portanto, contribuem para facilitar a leitura de um texto como este, escrito com base em um jogo de palavras que possibilita diversas interpretações. Desse modo, o artigo não é tão somente uma análise sobre a argumentação inscrita na língua, mas também uma maneira de explicar, por meio da comparação entre os diferentes blocos semânticos, como se configura o fenômeno da ironia e o *nonsense*, conceitos caros à obra de Lewis Carroll.

REFERÊNCIAS

- CAREL, Marion, DUCROT, Oswald. **La semantic argumentative**: una introducción a la teoría de los bloques semânticos. Trad.: María M. G. Negroni, Alfredo M. Lescano. Argentina: Colihue, 2005.
- CARROL, Lewis. **Alice no País das Maravilhas**. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- COELHO, Nelly N. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**: das origens indoeuropeias ao Brasil contemporâneo. 3. Ed. São Paulo: Quíron, 1985. P. 126-133.
- DUCROT, Oswald. **Provar e dizer: linguagem e lógica**. Trad.: Maria A. Barbosa, Maria de F. G. Moreira, Cidmar T. Pais. São Paulo: Global, 1981.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Trad.: Eduardo Guimarães. São Paulo: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald, CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras de Hoje – Estudos e debates de assuntos de linguística, literatura e língua portuguesa**, Porto Alegre, 43, set. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/2865/2804>>. Acesso em: 08 Dez. 2013.